

Factos relevantes ocorridos no 2.º Trimestre de 2023

- **Processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental (HLO):** Continuou em curso a fase pós-adjudicatória do procedimento de contratação da parceria referente ao projeto do HLO.
- **Constituição de uma nova equipa de projeto para a construção do novo Hospital Central do Algarve (HCA):** Foi constituída uma equipa de projeto para dar início ao processo de estudo e preparação do lançamento de uma nova parceria público-privada para a construção do novo Hospital Central do Algarve (HCA), através do Despacho n.º 4538/2023, de 5 de abril, do Coordenador da UTAP.

Resolução de Litígios (Destaques):¹⁾

- ❖ **Concessão Douro Litoral:** A ação arbitral intentada pela concessionária, cujo objeto está relacionado com o indeferimento pelo IMT do pedido de autorização da alteração do contrato de operação e manutenção, terminou parcialmente com a celebração de um acordo de transação entre as partes;
- ❖ **Lusoponte:** O Tribunal Arbitral absolveu o Estado do pedido na ação arbitral relacionada com o indeferimento pelo Estado de um pedido da Lusoponte de aprovação de uma operação de refinanciamento;
- ❖ **Hospital de Braga:** O STA julgou procedente o recurso intentado pela ARSNorte da decisão arbitral proferida no âmbito do processo cujo objeto está relacionado, entre outros, com o pagamento dos medicamentos para tratamento Hepatite C a partir de 2018;
- ❖ **Hospital de Cascais (2008):** (i) Em relação à ação arbitral intentada pela EGEst em 2022 para impugnar o ato de aplicação de multa praticado pela ARSLVT (com fundamento no incumprimento das obrigações de serviço público devidas), o Tribunal julgou a ação procedente, anulando o ato em causa; (ii) relativamente à ação judicial intentada em 2011 pela EGEst para impugnar outro ato de aplicação de multa praticado pelo parceiro público (com fundamento no incumprimento da obrigação respeitante a informações de recursos humanos), o Tribunal julgou a ação procedente, declarando a inexistência do ato em causa; (iii) as partes acordaram em submeter à mediação o diferendo sobre o processo de apuramento do valor do pagamento de reconciliação no âmbito da execução do Protocolo VIH/SIDA;
- ❖ **Metro Sul do Tejo:** A concessionária veio desenvolver três pedidos de REF anteriormente apresentados: (i) o pedido relacionado com a pandemia; (ii) o pedido com fundamento no aumento imprevisto e excecional do custo da energia elétrica em 2022; e (iii) o pedido relacionado com a aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos.

Execução Financeira – Visão global

Os encargos líquidos acumulados do setor público com as PPP no 2.º trimestre de 2023 ascenderam a 741,2M€, valor inferior em 7% (-59,0M€) face ao período homólogo e 4% abaixo do valor orçamentado (-31,2M€).

Encargos líquidos	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	2023	Peso no Total	2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Rodoviário	668 505	90%	709 789	(41 284)	-6%	678 859	(10 355)	-2%	1 062 100
Saúde	64 711	9%	82 990	(18 279)	-22%	81 922	(17 211)	-21%	155 873
Ferrovário	28 740	4%	23 610	5 129	22%	29 021	(281)	-1%	58 174
Aeroportuário	(4 237)	-1%	-	(4 237)	n.a.	(145)	(4 091)	2813%	(291)
Portuário	(15 236)	-2%	(15 256)	20	0%	(16 229)	994	-6%	(33 090)
Oceanário	(1 264)	0%	(888)	(376)	-42%	(1 050)	(214)	20%	(2 100)
TOTAL	741 219	100%	800 246	(59 026)	-7%	772 378	(31 158)	-4%	1 240 666

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2023.

Notas:

(1) Os valores apresentados para o setor Portuário e o Oceanário encontram-se, tal como os demais do presente Quadro, na ótica dos encargos líquidos, representando estes um valor negativo considerando as receitas apuradas no respetivo setor. A variação face ao período homólogo é também apresentada na mesma ótica.

(2) Os valores da coluna 2023P correspondem à previsão inscrita no Relatório do OE2023, com exceção do setor portuário, uma vez que esses parceiros públicos, por não integrarem o setor institucional das Administrações Públicas, não estão incorporados no processo de consolidação para o Orçamento do Estado.

As variações de maior relevo dos encargos líquidos no trimestre em análise, face ao homólogo de 2022, são as seguintes:

- **Rodoviário:** O decréscimo nos encargos líquidos (-41,3M€) deve-se ao efeito conjunto entre a diminuição dos encargos brutos (-23,4M€) e o aumento das receitas (+17,9M€). Relativamente aos encargos brutos, o decréscimo deve-se à diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-44,9M€) compensado parcialmente pelo aumento das compensações/REF's (+10,4M€) e de Pagamento por serviço (+6,9M€). Em relação às receitas, o aumento deve-se ao aumento do tráfego médio diário.
- **Saúde:** Diminuição dos encargos (-18,3M€) explicada sobretudo pelo facto de em 2023 não se repetir o pagamento à EGEst Loures decorrente de uma decisão arbitral dos encargos com os tratamentos de doentes com VIH/SIDA (18,3M€), a redução dos pagamentos contratuais em virtude do término do contrato de gestão do Hospital de Loures (-4,6M€). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos pagamentos contratuais, no âmbito do novo contrato referente à EGEst Cascais 2022, em 7,3M€, face ao anterior contrato da EGEst.

Em termos de execução orçamental, a diminuição dos encargos líquidos face ao previsto (-31,2M€) decorre da diminuição dos valores de execução do setor rodoviário (-10,4M€) e do sector da saúde (-17,2M€). Em relação ao sector rodoviário, importa destacar que a referida execução é devida, em grande medida, pela não ocorrência de gastos com Grandes Reparações (-30,2M€ face ao orçamentado), bem como uma receita superior à prevista (+10,8M€). No sector da saúde, o desvio deve-se ao facto de ainda não terem ocorrido os pagamentos de reconciliação à EGEst Loures e à EGEst Cascais, no valor total de 17,0M€.

¹⁾ No momento de elaboração do Boletim do 1.º trimestre de 2023, não se encontravam disponíveis as informações relativas aos factos relevantes ocorridos no 1.º trimestre de 2023 no âmbito da execução das PPPs geridas pela ARSLVT e (de uma parte) das PPPs geridas pelo IMT. Estas informações, que entretanto ficaram disponíveis, são consideradas no presente Boletim.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 2.º Trimestre 2023*

Setor Rodoviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o **setor rodoviário** no 2.ºT de 2023 ascenderam a 668,5M€, representando um decréscimo de 6% (-41,3M€) face ao período homólogo, resultante essencialmente do aumento das receitas de portagem em 12% (+17,9M€) e diminuição dos encargos brutos em 3% (-23,4M€).

Relativamente à execução orçamental, os encargos líquidos ficaram 2% abaixo do valor estimado (-10,4M€), tendo contribuído para este efeito essencialmente as receitas acima do orçamentado (+10,8M€).

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso relativo	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Encargos brutos	834 701	100%	858 121	(23 420)	-3%	834 228	472	0%	1 414 409
Pagamentos por Disponibilidade	726 507	87%	771 368	(44 861)	-6%	708 311	18 195	3%	1 177 643
Concessões	483 894	58%	455 699	28 196	6%	474 318	9 577	2%	807 532
Subconcessões ⁽⁴⁾	242 612	29%	315 669	(73 057)	-23%	233 993	8 619	4%	370 112
Custos com serviço de cobrança de portagem ⁽¹⁾	24 059	3%	20 703	3 357	16%	23 147	912	4%	44 078
Pagamento por serviço ⁽²⁾	52 340	6%	45 427	6 913	15%	48 979	3 361	7%	80 359
Compensações/REF's	14 565	2%	4 202	10 363	247%	6 402	8 163	128%	15 856
Grandes Reparações	17 230	2%	16 421	809	5%	47 389	(30 159)	-64%	96 474
Receitas	166 196	100%	148 332	17 864	12%	155 369	10 827	7%	352 309
Concessões	145 292	87%	129 627	15 664	12%	135 488	9 804	7%	314 965
Subconcessões	20 370	12%	17 993	2 377	13%	19 881	489	2%	37 344
Outros ⁽³⁾	535	0%	712	(177)	-25%	-	535	n.a.	-
Encargos líquidos totais	668 505	n.a.	709 789	(41 284)	-6%	678 859	(10 355)	-2%	1 062 100

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:

(1) Refere-se aos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem celebrados pela IP no quadro dos contratos de concessão anteriormente em regime SCUT (com exceção da concessão da Beira Interior, em que a titularidade das receitas de portagem é da concessionária).

(2) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.

(3) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/easytoll).

(4) O valor referente à decisão arbitral do Algarve Litoral está a ser reportado nos pagamentos por disponibilidade.

O decréscimo dos **encargos brutos** face ao período homólogo é essencialmente explicado pela redução dos pagamentos por disponibilidade (-44,9M€) nas subconcessões Litoral Oeste (-48,5M€) e Baixo Tejo (-21,7M€), apesar do efeito compensatório do aumento nas concessões do Norte (+10,7M€), Norte Litoral (+8,2M€), Grande Lisboa (+4,9M€) e das Beiras Litoral e Alta (+2,5M€), sendo que todas as variações são decorrentes da evolução contratualmente prevista das tarifas.

O decréscimo nos pagamentos por disponibilidade foi parcialmente mitigado pela ocorrência, no 1.ºT de 2023, do pagamento de 9,6M€ a título de “Compensações/REF's”, que deveria ter ocorrido no último trimestre de 2022 na Concessão Litoral Centro.

(cont.)

Na execução orçamental, os encargos brutos ficaram em linha com o valor orçamentado, contribuindo para esta situação o aumento de 3% dos “Pagamentos por disponibilidade” (+18,2M€), aumento de 128% nas “Compensações/REF's” (+8,2M€), aumento de 7% nos “Pagamentos por serviço” (+3,4M€) e uma redução de 64% na componente “Grandes reparações” (-30,2M€).

A diminuição nos pagamentos de grandes reparações em 30,2M€ é explicado por não terem ainda ocorrido as reparações, no trimestre em apreço, que estavam previstas.

O aumento nos “Pagamentos por disponibilidade” decorre essencialmente de dois efeitos, nomeadamente inflação e adiantamentos/retenções. Em relação à inflação, a taxa de inflação considerada no OE foi inferior à inflação real, que gerou um desvio positivo. Quanto aos adiantamentos/retenções (+3,9 M€), trata-se de uma variação decorrente do *timing* dos pagamentos, que será, expectavelmente, corrigido/considerado na próxima contabilização dos pagamentos por disponibilidade e cujo efeito no total dos pagamentos de 2023 será praticamente nulo.

O aumento nas “Compensações/REF's” deve-se ao pagamento a título de compensação anual, ocorrido no 1.ºT de 2023 mas que estava previsto ocorrer em dezembro de 2022, no valor de 9,6M€.

Receitas

O crescimento de 12% face ao homólogo (+17,9M€), decorre do aumento do tráfego médio diário, devido ao facto de já não existirem restrições à movimentação decorrentes das medidas de combate à COVID-19.

Quanto à execução orçamental, verificou-se que ficou 7% acima do previsto (+10,8M€), explicado pelo tráfego médio ter superado a estimativa de tráfego utilizada para o apuramento das receitas no orçamento.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 2.º Trimestre 2023*

Setor da Saúde

Execução financeira

Os encargos acumulados do setor público com as parcerias da **saúde** ascenderam a 64,7M€ no 2.ºT de 2023, valor que representa um decréscimo de 22% (-18,3M€) face ao período homólogo e um decréscimo de 21% (-17,2M€) face ao orçamentado.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
EGEst	43 210	67%	65 419	(22 209)	-34%	59 293	(16 083)	-27%	101 045
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	41 498	64%	38 871	2 627	7%	40 678	820	2%	81 356
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	105	0%	202	(97)	-48%	17 096	(16 991)	-99%	17 096
Protocolos/outros ⁽³⁾	1 607	2%	26 346	(24 739)	-94%	1 519	88	6%	2 592
EGEd	21 501	33%	17 571	3 930	22%	22 629	(1 128)	-5%	54 829
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	19 152	30%	16 677	2 475	15%	18 700	452	2%	37 399
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	2 350	4%	894	1 455	163%	3 929	(1 580)	-40%	3 929
Outros	-	0%	-	-	n.a.	-	-	n.a.	13 500
Encargos Totais	64 711	100%	82 990	(18 279)	-22%	81 922	(17 211)	-21%	155 873

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Notas:

(1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período, com exceção dos pagamentos de reconciliação.

(2) Os pagamentos de reconciliação correspondem, nos termos contratualmente previstos, a pagamentos de acerto entre os montantes efetivamente pagos e os montantes devidos relativamente a períodos anteriores.

(3) Inclui os pagamentos relativos: (i) ao protocolo VIH/SIDA estabelecido com a EGEst Cascais 2008, (ii) valores referentes aos pagamentos decorrentes de Medicamentos de dispensa obrigatória em Farmácia Hospitalar, e (iii) Outros.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	2023		AC 2022			Orçamento 2023		
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %
Hospital de Cascais	48 995	76%	44 979	4 015	9%	59 622	(10 627)	-18%
EGEst	42 884	66%	40 636	2 248	6%	53 569	(10 685)	-20%
EGEd	6 111	9%	4 343	1 768	41%	6 053	57	1%
Hospital de Braga	4 311	7%	4 931	(621)	-13%	4 241	70	2%
EGEst	-	0%	1 649	(1 649)	-100%	-	-	n.a.
EGEd	4 311	7%	3 283	1 028	31%	4 241	70	2%
Hospital de Loures	7 615	12%	29 747	(22 132)	-74%	14 317	(6 703)	-47%
EGEst	326	1%	23 135	(22 808)	-99%	5 725	(5 399)	-94%
EGEd	7 289	11%	6 613	676	10%	8 593	(1 304)	-15%
Hospital de Vila Franca de Xira	3 791	6%	3 333	458	14%	3 742	49	1%
EGEst	-	0%	-	-	n.a.	-	-	n.a.
EGEd	3 791	6%	3 333	458	14%	3 742	49	1%
TOTAL	64 711	100%	82 990	(18 279)	-22%	81 922	(17 211)	-21%
EGEst	43 210	67%	65 419	(22 209)	-34%	59 293	(16 083)	-27%
EGEd	21 501	33%	17 571	3 930	22%	22 629	(1 128)	-5%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

As principais variações ocorridas face a período homólogo do ano anterior são:

- **Hospital de Cascais:** Novo contrato referente à gestão clínica (EGEst Cascais 2022) em que o valor mensal foi atualizado, passando a integrar alguns custos que não estavam incluídos no antigo contrato de gestão hospital (por exemplo, a prestação de cuidados específicos adicionais relativos a VIH/SIDA). Os pagamentos contratuais foram superiores ao homólogo em 7,3 milhões de euros;
- **Hospital de Loures:** Efeito combinado de i) contrato relativo à EGEst terminou em 2022 pelo que, em 2023, não são devidos pagamentos contratuais (em 2022 ainda totalizaram 4,6M€); e ii) em 2022 foi efetuado um pagamento relativo à decisão arbitral referente ao Tratamento VIH/SIDA (18,3M€); e
- **Hospital Braga:** Relativamente à EGEst, ocorreu em 2022 um pagamento referente ao Tratamento Doentes Hepatite C (1,6M€), que não se repete ou repercute em 2023.

Relativamente à execução orçamental, o desvio deve-se essencialmente a:

- **Hospital de Loures:** Não ocorrência de pagamentos de reconciliação referente essencialmente à atividade de 2021, previsto ocorrer neste semestre, no valor de 5,2M€, cujos trabalhos de apuramento do montante ainda não se encontram finalizados; e
- **Hospital de Cascais:** Não ocorrência de pagamentos de reconciliação no trimestre em apreço, no valor de 11,8M€.

UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Versão *flash* Boletim PPP 2.º Trimestre 2023*

Setor Portuário

Execução financeira

As receitas acumuladas no 2.ºT de 2023 das parcerias **portuárias** ascenderam a 15,2M€, valor abaixo do valor orçamentado (-6%) e em linha com o período homólogo de 2022.

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Porto de Douro e Leixões	12 506	82%	12 036	470	4%	12 571	-65	-1%	22 647
Terminal de Contentores de Leixões	10 809	71%	10 450	360	3%	10 858	-48	0%	19 809
Terminal de Carga a Granel de Leixões	1 697	11%	1 587	110	7%	1 713	-16	-1%	2 838
Porto de Sines	1 427	9%	1 514	(87)	-6%	2 047	-620	-30%	7 221
Terminal de Contentores de Sines XXI	1 427	9%	1 514	(87)	-6%	2 047	-620	-30%	7 221
Porto de Lisboa	1 303	9%	1 706	(403)	-24%	1 611	-308	-19%	3 222
Terminal de Contentores de Alcântara	1 303	9%	1 706	(403)	-24%	1 611	-308	-19%	3 222
TOTAL	15 236	100%	15 256	(20)	0%	16 229	-994	-6%	33 090

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2023P.

Setor Ferroviário

Execução financeira

Os encargos líquidos acumulados do setor público com o setor **ferroviário** ascenderam no 2.ºT a 28,7M€, valor 1% abaixo do orçamentado (-0,3M€) e superior em 22% face ao homólogo de 2022 (+5,1M€).

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Subconcessão Metro do Porto	24 958	87%	21 660	3 298	15%	24 906	52	0%	49 826
Concessão do MST	3 792	13%	1 955	1 837	94%	4 114	(322)	-8%	8 348
Concessão Eixo Norte/Sul	(10)	0%	(4)	(6)	-146%	-	(10)	n.a.	-
TOTAL	28 740	100%	23 610	5 129	22%	29 021	(281)	-1%	58 174

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pelo Metro do Porto, S.A..

As variações nos encargos face ao período homólogo são explicadas essencialmente pelo seguinte acontecimento:

- **Metro do Porto:** i) no presente trimestre foi pago, a título de revisão anual definitiva de preços do ano de 2022 (que corrige as revisões mensais provisórias), um montante de 1,9M€, pagamento que não teve lugar no período homólogo e ii) no período homólogo houve um recebimento de 1,1M€, referente à componente de sistemas e de operação (Anexo VIII do respetivo contrato) enquanto que no 2.º T de 2023 o valor recebido foi de 0,2M€,
- **MST:** ocorreram pagamentos referentes a compensação por insuficiência de tráfego no valor de 3,8M€, enquanto que no período homólogo, os referidos pagamentos ascenderam apenas a cerca de 2,0M€.

Oceanário

Execução financeira

Os pagamentos acumulados realizados pelo **Oceanário** ao parceiro público ascenderam a cerca de 1,3M€ no 2.ºT de 2023, representando um valor superior em 20% face ao valor orçamentado e superior em 42% face ao ano anterior.

Valores em milhares de euros

PPP Oceanário	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
Remuneração mensal	722	57%	679	43	6%	700	22	3%	1 400
Componente variável	542	43%	208	333	160%	350	192	55%	700
TOTAL	1 264	100%	888	376	42%	1 050	214	20%	2 100

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.

ANA

Execução financeira

Os pagamentos acumulados realizados pela **ANA** ao parceiro público ascenderam a cerca de 4,2M€ no 2.ºT de 2023, relativos ao regime de partilha de receitas contratualmente previsto, cujo apuramento e validação ainda se encontra a ser realizado pelo parceiro público.

Valores em milhares de euros

PPP Aeroportuário	2023		AC 2022			Orçamento 2023			2023P
	AC 2023	Peso no total	AC 2022	Δ valor	Δ %	AC 2023P	Δ valor	Δ %	
ANA	4 237	100%	-	4 237	n.a.	145	4 091	2813%	291
TOTAL	4 237	100%	-	4 237	n.a.	145	4 091	2813%	291

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF.

*Esta versão *flash* deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em www.utap.gov.pt